



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 12ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2013

No décimo quinto dia do mês de agosto de 2013, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1º) Expedientes; 2º) Apresentação do Telessaude; 3º) Debate da situação da AIDS no Rio Grande do Sul. Titulares:** Zilá Cohen, Odil Gomes, Paulo Silva, Carlos Duarte, Sonia de Souza, Carlos dos Santos, Délcio Cruz, Ana Atz, Eni Bahia, Leila Ghizzoni, Claudio Santos, Camila Jacques, Lúcia Silveira, Cristiane Pegoraro, Ivete Dornelles, Sandra Leon, Luiz Pinheiro, Vera Leonardi, Jairo Tessari, Rafaeli da Silva, Elemar Sand, Alcides Pozzobon, Ana Sodré, Alfredo Gonçalves **Suplentes:** Liana Gabe, Luiz Ferreira, Jeisson Rex, Miriam Kolinger, Ana Moreira, Sandra Schmitt, Jaime Berdias **1º) Expedientes:** Paulo informa que recebeu uma carta da AGAPAN que se refere ao PL 20/2012 que trata da questão da realização de comércio de agrotóxicos, que são danosos, e pede para que as entidades se posicionem contra. Diz que receberam um convite para reunião do Sindicato de Enfermeiros do Rio Grande do Sul, dia 23 de agosto. Relata que receberam indicação para conselheiros por parte da Secretaria de Planejamento e Gestão e Participação do Cidadão, quais sejam, Cláudia Conzatti Dal Pozzo e Maria da Glória Lopes Kopp em substituição de Carolina Gyenes e Gerson Péricles Tavares Doyll. Relata também a troca da conselheira Sonia Silvestrin pela enfermeira Claudia da Silva e a indicação por parte do Governo do Estado da Miriam Cristiane Alves no lugar de Jane Terezinha Sobrosa Pilar. O presidente faz a chamada para que se faça a apresentação do Telessaude, o próximo ponto de pauta. **2º) Apresentação do Telessaude:** Roberto Pierre, professor da UFRGS, faz a apresentação do projeto, que trata de um sistema de assessoria técnica para os profissionais de saúde, havendo alguma dúvida. Este serviço será disponibilizado por telefone via 0800 e pela internet. Ele abre para que se relatem as dúvidas. Paulo faz uso da voz e pede que se fique gravado, pois é mais uma ferramenta para se usar para trabalhar. 28;01 Ana Maria, do Sindicato Médico, faz uso da voz e pergunta se tem dados sobre quantas equipes médicas têm acesso à internet para que participem e se esse programa é exclusivamente gaúcho ou se estende ao resto do Brasil. Cláudia se manifesta e pergunta se ficou claro que se tem uma demanda de que se faça uma webpalestra com participação do Controle Social. Cláudia diz que seria interessante fazer uma comissão para participar, disseminando informações sobre a ferramenta, e sugere que o número de telefone fique disponível para outros funcionários além dos médicos. Pierre diz que todos os municípios tem conectividade ao menos nos municípios sede. Diz que alguns municípios são realmente pequenos e isso dificulta, mas qualquer pessoa pode acessar ao site em casa, até mesmo fora do horário de trabalho, menos o 0800, que é disponibilizado apenas durante o horário de expediente. Diz que o projeto é restrito ao Rio Grande do Sul, mesmo que dêem apoio a alguns outros Estados. Quanto aos números, diz que pelo fato da Universidade ser pública, dependem de financiamento, então fica difícil expandir, mas têm feito o máximo que se dá com o valor recebido. Diz que é importante e necessária uma resposta imediata, ela deverá ser dada o quanto antes. Paulo pergunta se o financiamento é só Federal ou pode ser Estadual também. Pierre diz que é Estadual também. Paulo diz que vão solicitar ao Estado para que aumentem o incentivo. Elemar Sand faz uso da voz e diz que o Estado fez um financiamento, mas faltou divulgação, assim como a divulgação do Telessaude para o interior. Não havendo mais dúvidas, Paulo faz a chamada para o próximo ponto de pauta e seus apresentadores. **3º) Debate da situação da AIDS no Rio Grande do Sul:** Carlos Duarte convida para durante essa discussão participar da mesa o doutor Fábio Mesquita, diretor do departamento de DST/AIDS do Ministério da Saúde, o Charão, da Secretaria Estadual de Saúde, e o Carlos Casartelli, Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre. Carlos Duarte relata, para contextualizar o debate, que o doutor Fábio fez um estudo sobre a situação da AIDS no Brasil, onde descobriu que o Rio Grande

49 do Sul tem uma situação estranha e o maior número de portadores da DST. Carlos diz que ano
50 passado outra convidada já havia passado dados semelhantes que mostravam a situação da AIDS no
51 Estado, mas nada foi feito. Ele diz que trouxe novamente o ponto para que seja feito um trabalho
52 para combater a doença. Fábio Mesquita faz o uso da voz e apresenta alguns dados da situação da
53 AIDS no Brasil. Charão faz uso da voz e faz outra apresentação em relação ao quadro
54 epidemiológico, que possui alguns dados iguais aos do Fábio, por isso apresentará apenas a parte
55 diferente. Casartelli faz uso da voz e diz que alguns dos dados apresentados têm mais de uma
56 década e outros menos, mas não são muito novos, sendo quase imutáveis. Diz que o mais
57 importante é o tratamento do diagnóstico e que quando adotaram o teste rápido faltou a presença de
58 profissionais que soubessem efetuar-lo. Comenta que não tinham também profissionais o suficiente
59 para trabalhar de forma centralizada o diagnóstico, por isso seria importante descentralizá-lo. Diz
60 que Porto Alegre tem tentado inovar e que há um comitê de combater a AIDS. Comenta que tem
61 sido feito tardiamente o diagnóstico. Declara-se a favor da internação para tratamento. Apesar de
62 estarem querendo inovar, há coisas que não mudarão, pois estão dando resultados. Relata que
63 tiveram problemas de financiamento e isso deve ser mudado. Diz que a sociedade civil costumava
64 ser mais participativa e que é importante que haja de novo esse apoio. Ele critica a ideia de que
65 apenas mais médicos irá resolver os problemas da saúde, enquanto é necessário o maior apoio da
66 sociedade civil e da gestão. Carlos Duarte faz uso da voz e diz que muitas das questões apresentadas
67 já são de conhecimento civil, mas que o que lhe incomoda é que, se esses dados são conhecidos
68 desde 2004, quantas mortes poderiam ter sido evitadas se fosse resolvido antes, quando já tinha sido
69 discutido. Diz que isso é uma amostra de uma situação onde não se investe em saúde. Comenta que
70 a saúde não é mais uma política de Estado. Outro ponto importante, segundo ele, é o elemento da
71 sociedade civil e sua ação, pois ela é fundamental no combate à AIDS. Diz que essa ação deve ser
72 feita em cobrança do Estado, tanto de ações quanto os repasses de dinheiro. Comenta que é bom
73 que as ações contra a AIDS utilize as ações biomédicas, mas que precisa-se ir atrás da causa da
74 epidemia. Diz que há muitas questões, mas vai deixar para o decorrer do debate e abre as inscrições.
75 Paulo faz uso da voz e pergunta ao dr Fábio se a epidemia está em uma população diferenciada.
76 Critica a burocracia que dificulta os trabalhos e as ações. Ressalta a questão do Governo do Estado
77 continuar mentindo que aplica os 12%, mas mal passa dos 6%. Diz que não será feita saúde pública
78 sem financiamento devido. Comenta que a população vai cobrar do município e não do Estado,
79 enquanto o Governo continua mentindo. Pergunta se o Ministério vai agir para a população sentir
80 que há coisas acontecendo. Rubens faz uso da voz e diz que há um diferencial no caso da AIDS e
81 que já é uma epidemia. Comenta que a situação só vai piorar se a sociedade civil não for chamada
82 para conversar. Diz que ações emergenciais não resolvem. Reclama que a sociedade civil nunca foi
83 chamada para discutir, principalmente os transexuais, os homossexuais, os travestis e as prostitutas.
84 Relata que há pouco foram censuradas campanhas para tratar da sexualidade nas escolas, sendo que
85 já havia sido repassado o dinheiro. Comenta que uma prostituta disse que honrava a própria
86 profissão e, depois disso, um projeto que havia em andamento foi cancelado. Questiona onde estão
87 os direitos humanos dessas pessoas. Diz que foi tomada decisões acarretando até o afastamento de
88 alguns servidores públicos da saúde. Reclama o fato da rede básica não ter profissionais o suficiente
89 para tratar da população, tampouco da AIDS. Reitera a questão da participação civil. Diz que não
90 se dá para comparar o Brasil a outros países. Cláudia, do Sindicato dos Enfermeiros, diz que a
91 diplomação do Fábio foi boa, mas analisando os dados de que a detecção está alta, pergunta por que
92 não está sendo feito o tratamento. Ressalta a importância de se habilitar a possibilidade do
93 anonimato nos exames, uma vez que a cidade é preconceituosa. Quanto ao tratamento 2.0, ela diz
94 que é muito interessante não apenas para AIDS, mas também para a assistência básica. Diz que a
95 derrubada dos vetos dificultará o trabalho, com as pessoas tendo direitos negados. Sobre o IMESF,
96 ela comenta sobre a fragilidade do vínculo, pois é um servidor celetista, que quem trabalha lá recebe
97 capacitação e o IMESF é contra tudo isso. Diz que está indignada com isso. Comenta por último
98 que as ONGs são muito importantes, mas que não podem ser usadas para isentar a gestão do seu
99 trabalho. Ana Maria, do Sindicato Médico, faz uso da voz e comenta sobre as consequências da
100 falta de investimento na saúde. Se coloca junto com o Sindicato Médico à disposição para fazer o

101 contato com os médicos e divulgar essa nova maneira de tratar. Comenta também que, além da
102 atenção básica, gostariam que houvesse lugares especiais para os que não puderem ser atendidos,
103 tenham alternativa para ir em outro lugar e manter seu anonimato. José Hélio faz uso da voz e
104 comenta sobre as novas estratégias de enfrentamento da AIDS no Estado, mas que vai falar sobre as
105 pessoas que vivem com AIDS. Diz que a grande preocupação é quando se ouve falar sobre testagem
106 para todo mundo, até mesmo o teste mais confidencial, que é comprado na farmácia. Ele pergunta
107 como fica essa pessoa se ela estiver grávida e tiver a doença, pois ela sofrerá preconceito e com o
108 filho doente. Questiona como essa pessoa vai ser tratada na atenção básica, se ela não está
109 preparada. Diz que precisam ter serviços especializados fortalecidos. Comenta que tem que ter a
110 atenção básica por base e as pessoas mais doentes com atendimentos mais especializados. Comenta
111 sobre os tratamentos que são feitos com processos químicos, que têm efeitos colaterais, ainda mais
112 os da AIDS. Fala também sobre um boletim epidemiológico que apontava como um dos grandes
113 embates no ano que o combate à AIDS seria como lidar com os resultados inversos e colaterais do
114 tratamento. Questiona o que farão com a política da lipodistrofia, que está parada, e o que farão com
115 os exames de carga viral, considerando a construção do novo laboratório. Diz que a gestão não está
116 colaborando com a questão. Carlos Duarte faz uso da voz e pede uma pausa na plenária. Rafaeli faz
117 uso da voz e diz que acompanha a luta contra a AIDS há tempos e que essa batalha não é
118 reconhecida nem valorizada pela gestão. O conselheiro ressalta que o mais importante é a
119 prevenção, mas isso é algo difícil de se melhorar, pois mexe com o comportamento humano. Diz
120 que aproveita a oportunidade para questionar os 6 milhões de reais que foram anunciados ano
121 passado num edital e que seriam repassados às entidades, porém isso não aconteceu. Ressalta que é
122 importante o gestor valorizar mais o trabalhador da saúde envolvido com a questão da DST, pois
123 depois isso ajudará no combate à doença. Dr. Fábio faz uso da voz e ele responde ao presidente
124 Paulo sobre a epidemia e os setores que atinge. Ele diz que ela começou concentrada em alguns
125 pontos, mas foi disseminando. Diz que a fase atual é reversível e já aconteceu em outros lugares no
126 mundo, como no Camboja, porém conseguiram reverter na mesma fase. A Rubens, ele comenta os
127 testes de farmácia as comparações aos Estados Unidos. Relata que Santos, onde trabalhava, foi o
128 primeiro município a comprar o AZT e logo depois foi feita no município a lei do antiretroviral
129 como direito. Seis meses depois o Sarney aprovou nacionalmente. Logo que a lei foi implementada,
130 as entidades internacionais disseram que o Brasil não poderia usar o medicamento, pois é um povo
131 mal educado e não iria aderir corretamente ao tratamento, criando um super-vírus. Diz que o
132 sistema público de saúde é restrito a apenas poucos países, enquanto outros não tem sistemas
133 parecidos, e por isso valoriza o SUS. Comenta que quem criticou o povo brasileiro como mal
134 educado foi a OMS, o Banco Mundial etc. Outra questão que ele responde a Rubens é a questão do
135 diálogo. Ele diz que há um diálogo e que é fundamental e que deve ser feito com todos os setores
136 envolvidos na questão. Diz que não é de uma via só. Comenta que na reunião da TAMES, onde eles
137 apresentaram um documento temporário pedindo a suspensão da participação do caso. Diz que
138 abriu o diálogo com a sociedade civil, mas a sociedade civil fechou. Relata que recebeu o
139 documento sem assinatura alguma e perguntou às 19 entidades presentes se haviam assinado o
140 documento. Diz que por volta de sete disseram que não. Sobre a profilaxia, ele relata que leu um e-
141 mail que está rondando a internet que diz que ela já está implementada e quem for a um certo site
142 tem uma informação que é apenas para os casais discordantes. Questiona o que é um casal
143 discordante. Diz que a informação foi atualizada com o novo consenso, considerando outras
144 doenças. Comenta que o protocolo que estão implementando no tratamento da AIDS é utilizado em
145 todas as outras doenças e eles só estão estendendo a mais uma. Pergunta por que se pode tratar da
146 tuberculose na atenção básica, assim como outras doenças, e a AIDS deve ter um atendimento
147 separado. Diz que o FBC, que é o medicamento utilizado, tem efeitos colaterais bem pequenos e
148 que o remédio que realmente causava problemas é minimamente utilizado e seu uso está
149 diminuindo. Sobre as pessoas serem atendidas em outras unidades, comenta que já há ações
150 direcionadas a isso. Repete o que Rafaeli disse sobre a prevenção ser extremamente importante e
151 que se deve se dedicar para isso. Comenta sobre o que Carlos falou da medicação, que estão
152 transformando a resposta à epidemia de AIDS em pílulas. Diz que o que há é um conjunto de ações

153 e ignorar que isso é importante é fazer mais do mesmo. Diz que há uma nova tecnologia, que está
154 sendo utilizada em todo o mundo e se deve trazer para o país. Relê o texto recebido do fórum, que
155 diz que não irá cumprir papel algum contra a epidemia. Diz que as ONGs dos outros estados têm
156 tido um bom resultado. Casartelli diz que fará algumas colocações. A primeira é a questão da
157 participação dos secretários municipais de saúde. Ele diz que esses secretários não têm poder
158 algum, cuja única ação que pode fazer é assinar o gasto do fundo, que ainda tem que passar pela
159 Secretaria da Fazenda. Diz que isso deve ter intervenção do Ministério para que o gasto fundo fique
160 sob o poder da Secretaria da Saúde e que faça valer a Lei 141. Comenta que há um problema no
161 Brasil de misturar religião com política e confundir Governo com Estado, então acontece um acordo
162 entre partidos e depois fica difícil de agir. Comenta sobre um material sobre sexualidade que seria
163 distribuído entre as escolas e que foi rejeitado. Sobre a prostituta que disse ter orgulho da profissão,
164 ele diz que qualquer um pode ou não ter orgulho de fazer o que faz. Relata que foi altamente
165 criticado por um trabalho que fez com uma ONG, onde foi convidado pelo Ministério de Saúde para
166 falar em Brasília sobre o papel da Cufa quanto ao crack e à dependência pública. Diz que Porto
167 Alegre aderiu um trabalho baseado nisso e ele foi criticado na Câmara. Comenta que não quer
168 acabar com SAES e com atendimentos especializados, mas que não se pode esquecer que a atenção
169 básica é para atender os doentes e que o tratamento atual da AIDS não é a mesma dos anos oitenta.
170 Diz que se deve aumentar o trabalho em conjunto com as ONGs. Charão diz que antes de participar
171 do CES, ele pertence à sociedade civil organizada. Diz que este grupo discute há alguns anos que a
172 sustentabilidade da resposta brasileira quanto à epidemia de AIDS depende de sua inserção no
173 sistema público de saúde. Comenta que eles têm uma satisfatória rede de atenção de diagnóstico e
174 tratamento, com um sistema de gestão de medicamentos, um sistema de controle de exames
175 laboratoriais e outros itens próprios, mas que algumas coisas precisam mudar, como a inserção da
176 AIDS no SUS, com essa e outras DSTs sendo adicionadas à agenda da atenção básica, porém os
177 trabalhos de todas as instâncias de governo devem ser feitos juntos. Diz que sua proposta é que
178 tenha a participação da instância primária da saúde, mas não apenas dela. Comenta a importância da
179 comunicação entre as entidades relacionadas ao combate à AIDS e uma agenda permanente. Diz
180 que o trabalho precisa ser feito em conjunto. Fábio faz uso da voz e menciona que foi em um Fórum
181 de ONGs no Rio de Janeiro, onde foi discutida uma proposta sobre o repasse de recursos e que
182 propõe uma entidade “guarda-chuva”, em formato de ONG, que dê conta da distribuição do
183 dinheiro, que é dificultada pela legislação. Frei Leonardi, visitante, diz que está angustiado com as
184 conversas. Comenta os dados que dr. Fábio trouxe, que são inegáveis, e que se deve parar de
185 discutir e botar em prática. Comenta também a perda de sinergia entre a sociedade civil e os
186 programas. Diz que se precisa investir fortemente nessa sinergia. Diz também que apostar em
187 apenas um caminho não é o suficiente e que se deve apostar em todas. Concorda com o que foi dito
188 que não se deve depender de ONGs, porque isso deve ser tratado pelo Estado, mas que não é
189 verdade que não há organizações desse tipo agindo aqui, pois ele mesmo participa de uma que
190 existe há 14 anos. Ele critica a burocracia que existe e o engessamento dos projetos por causa dela,
191 pois seguram os recursos que poderiam estar auxiliando as ONGs a agir melhor. Quanto à doença
192 enquanto epidemia, diz que se deve dar uma resposta mais ampla, se fazendo uma agenda e
193 raciocinando como se devem colocar na situação. Letícia, coordenadora de AIDS em Viamão, se
194 manifesta e comenta que há 20 anos trabalha no combate à doença. Diz que o problema continua
195 sendo o mesmo. Elogia o pacote que dessa vez veio com propostas bem inovadoras. Comenta que
196 diminuir carga de qualquer doença, diminui os casos da mesma. Propõe que se coloque no pacote
197 uma medida racional, objetiva e prática de empoderamento do coordenador e do secretário ou de
198 outros membros políticos do município, pois seu grupo não têm governabilidade alguma sobre o
199 que acontece no município. Diz que tem vários projetos, porém não consegue colocar em prática
200 por não ter governabilidade, mesmo tendo um laboratório com 1.300 pessoas. Relata que em São
201 Paulo fizeram um comitê técnico, algo que seu grupo não consegue e pergunta como eles
202 conseguem e o Rio Grande do Sul, não. Comenta que as pessoas envolvidas na luta estão cansadas
203 de lutar. Carlos Duarte faz uso da voz e diz que uma das questões importantes é que a sociedade
204 civil nunca abandonou a ideia de prevenção e que sempre são bem vindas novas ideias. Diz que

205 não podem abrir mão dos direitos humanos das pessoas e o saber delas quanto à AIDS, e que o
206 questionamento que eles têm em relação a testagem zonas de prostituição, é que isso acaba por
207 ampliar o preconceito. Comenta que pode ser necessário fazer isso, mas se deve ampliar a
208 discussão. Ele diz que o movimento AIDS do Rio Grande do Sul nunca negou colaborar com a
209 gestão para trabalhar, mas não aceitam substituir o papel do Estado. Diz que se o Governo não fizer
210 sua parte, não vai adiantar, pois a população de maior risco está cada vez mais sendo excluída e
211 tendo mais dificuldade em acessar o serviço. Diz que não dá para discutir a importância da atenção
212 básica, que deveria receber mais do que recebe. Relata que tem medo que a AIDS seja tratada pelo
213 Estado da mesma maneira que ele trata a tuberculose e a hanseníase. Diz que tem que tomar
214 cuidado com atenção básica, pois ela é mal cuidada. Outra questão que ele diz ser importante é a
215 crescente discriminação e que nenhuma empresa financia a luta contra a doença, pois não querem
216 seu nome ligado a ela. Diz que o movimento nunca rompeu o diálogo com o Ministério da Saúde,
217 mas ele que rompeu com eles e que não vão participar mais dos espaços onde o Ministério fala e
218 eles só podem discordar fora deles. Diz que a política do Ministério da Saúde está desconstruindo o
219 movimento AIDS e suas políticas afirmativas, assim como aconteceu com outros movimentos.
220 Pergunta se Estado e município estão juntos nas ações como o Governo Federal propôs ou não. Diz
221 que é uma epidemia bem generalizada, mas que está concentrada em alguns pontos, que é a
222 população de grupos discriminados, por isso, mesmo que se deva ter uma ação voltada para toda a
223 população, deve-se, também, dar uma atenção especial para esses grupos. Paulo faz uso da voz e
224 pergunta se não tem como trabalhar um novo marco regulatório com mais rapidez para se fazer o
225 repasse de recursos e por que não se faz isso no Rio Grande do Sul, se se faz em São Paulo. José
226 Hélio faz uso da voz e que só quer dar sua posição, que já foi dada antes, que é que querem
227 conversar com o gestor Maia. Sobre a carta e as assinaturas, ele diz que não houve fraude alguma.
228 Quanto à lipodistrofia, ele diz que esse serviço credenciado não está funcionando em todo o país,
229 mesmo que talvez haja exceções. Diz que o dinheiro que o Estado e os municípios recebem, só tem
230 4% dele sendo utilizado. Relata que só alguns ambulatórios estão fornecendo o serviço, mesmo que
231 descredenciados. Diz que as bulas dos remédios têm que ser alteradas, para ser retirada delas a
232 palavra “lipodistrofia”, pois pode dar efeitos colaterais por sugestão mental. Comenta o que foi dito
233 sobre a situação da AIDS se tornar a mesma da hanseníase. Ele diz que isso dá no que está
234 acontecendo, de exclusão e preconceito. Diz também que a AIDS é uma doença crônica e
235 degenerativa. Diz que estão dispostos a ajudar, mas gostaria de falar com o Ministro. Fábio faz uso
236 da voz e diz que quer só responder algumas questões, na direção do que a Letícia e o Paulo falaram,
237 sobre mecanismo de gerir. Ele diz que de ponto de vista formal e legal, há meios de mobilizar
238 recursos e dedicá-los à sociedade, mas emperram em Estados e municípios. Diz que abriram um
239 Edital na Secretaria de Vigilância e Saúde, que está disponível a todas ONGs relacionadas à
240 vigilância, e que estão buscando uma alternativa, pois mesmo que discutam uma legislação que
241 envolva Estados e municípios, ainda assim seria muito difícil, considerando que se deve passar por
242 muitos lugares e que levarão muito tempo para ser implementada. Diz que de sua parte, eles estão
243 apoiando as iniciativas das ONGs. Comenta que trabalha com o Ministro Padilha há um mês e
244 pouco e por isso tem um histórico mais concreto do problema da propaganda onde a prostituta dizia
245 ter orgulho de sua profissão. Ele diz que a propaganda foi feita dentro do setor de comunicação do
246 departamento de AIDS e que foi a público sem conhecimento do presidente do departamento.
247 Comenta que não poderiam divulgar uma propaganda sem ela ser reconhecida pelo chefe do setor,
248 ainda mais levando o carimbo do Ministério. Diz que não concorda com o José Hélio quando disse
249 que o Ministro Padilha não se posiciona quanto aos direitos fundamentais das populações de risco,
250 pois o se colocou contra a proposta de criação de um sistema de internamento compulsório de
251 dependentes químicos, como foi proposto por Osmar Terra, assim como se posicionou contra o
252 Estatuto do Nascituro. Diz que espera que o CES apoie a composição que eles propuseram. Pede
253 que o Conselho indique alguém para que acompanhe os trabalhos da comissão. Paulo faz uso da voz
254 e comenta a proposta do CES colocar um representante dentro da comissão e que conversará isso
255 com os conselheiros. Sobre a questão interfederativa, ele diz que entendeu que há uma composição
256 sendo feita, mesmo que ainda não esteja em prática. Gerson faz uso da voz e diz que gostaria de

257 fazer umas considerações. Ele diz que não querem refazer a escola, que estão em outro momento da
258 história e que não está sendo feito o mesmo que foi dez anos atrás. Comenta que agora há novas
259 iniciativas quanto ao assunto, que construíram um observatório sobre AIDS na cidade, assim como
260 outras ações. Diz que de outra forma o Departamento ainda traz outra proposta, que é inovadora de
261 discutir o que foi feito, considerando o que se deve manter e o que se deve ser mudado. Comenta
262 que devem avançar nas discussões e fazer uma nova, com propostas que envolvam todos os pontos
263 apresentados. Charão faz uso da voz e diz que concorda que intencionalmente não há problemas e
264 que o problema agora é focar nos pontos. Comenta sobre não terem governabilidade e relata que a
265 diferença daqui para São Paulo é que quem está comandando a ação lá é ordenadora de despesa.
266 Com relação às ações, diz que é uma oportunidade. Diz que as coisas não estão acontecendo na
267 velocidade que deveriam, mas estão acontecendo. Quanto à interfederatividade, diz que ajudaria se
268 tratassem do assunto horizontalmente. Carlos Duarte faz uso da voz e reforça que devem inovar as
269 medidas no combate à AIDS. Paulo faz uso da voz e diz que o CES está disponível para participar
270 da luta. Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da Silva, Presidente do CES/RS, deu
271 por encerrada a reunião, da qual eu, João Pedro Brutschin Severo, lavei a presente ata que, após
272 leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 15 de agosto de 2013.

273

274 Paulo Humberto Gomes da Silva
275 Presidente do CES/RS

Célia Chaves
Vice Presidente do CES/RS

276

277

278 Alfredo Gonçalves
279 Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

280

281

282 Jairo Francisco Tessari
283 Coordenador do CES/RS

Elemar Sand
Coordenador do CES/RS

284

285

286 Carlos Alberto Ebeling Duarte
287 Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS